



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2024

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho, sobre a viagem da primeira-dama, Rosângela Silva, a Janja, para Nova York, em março deste ano.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho, sobre a viagem da primeira-dama, Rosângela Silva, a Janja, para Nova York, em março deste ano.

Nestes termos, indaga-se:

- *Por que a CGU, que tem como função garantir a transparência e o acesso à informação, prorrogou o julgamento do recurso sobre a viagem da primeira-dama Janja, utilizando o argumento de "complexidade da matéria"? O que há de tão complexo em divulgar*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

informações simples sobre hospedagem e gastos?

- *A CGU está cumprindo sua obrigação de promover transparência ou está, na prática, atuando para proteger o governo de eventuais embaraços sobre o uso de recursos públicos pela primeira-dama?*
- *Se a CGU entende que a segurança de altas autoridades pode ser comprometida com a divulgação dessas informações, por que não esclareceu de forma mais detalhada quais são os riscos reais para a segurança da primeira-dama ao divulgar dados sobre sua hospedagem e despesas?*
- *Em casos de viagens do presidente Lula, os dados são divulgados publicamente sem maiores dificuldades. Por que, no caso da primeira-dama, Janja, a CGU ainda não tomou uma posição firme em relação ao fornecimento de informações claras e detalhadas? Qual é o critério de diferenciação aplicado aqui?*
- *A negativa em três instâncias do pedido de acesso à informação sobre a viagem de Janja, com a CGU agora postergando sua decisão, sugere falta de transparência no uso de recursos públicos. Qual é a justificativa da CGU para não garantir de imediato o acesso a essas informações, especialmente considerando a obrigação legal de promover a publicidade de atos do governo?*
- *Por que a CGU não está agindo com celeridade para resolver essa questão, que envolve o uso de recursos públicos em uma viagem oficial? A demora na resposta não reforça a percepção de que o governo está tentando esconder algo?*
- *Se a primeira-dama realmente se hospedou na residência oficial e não houve gastos extras, como*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

afirma sua assessoria, por que a CGU ainda não garantiu a transparência e forneceu essas informações de maneira conclusiva? O que impede a divulgação completa dos dados?

- A CGU, como órgão de controle interno, deveria ser a principal garantidora da transparência e do bom uso de recursos públicos. Ao adiar a decisão e não divulgar informações claras, a CGU não está enfraquecendo sua própria credibilidade e demonstrando falta de compromisso com a transparência que o governo Lula alega promover?*

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que compete ao A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do governo federal responsável pela defesa do patrimônio público e pelo incremento da transparência na gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, ouvidoria e prevenção e combate à corrupção; solicitamos informações Excelentíssimo Senhor Ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, sobre a viagem da primeira-dama, Rosângela Silva, a Janja, para Nova York, em março deste ano.

Isto porque, conforme noticiado¹, governo Lula (PT) se recusa a responder um pedido via Lei de Acesso à Informação com dados completos sobre uma viagem da primeira-dama, Rosângela Silva, a Janja, para Nova York, em março deste ano. Houve negativa em três instâncias sobre o local de hospedagem, valores gastos e a fonte dos recursos.

Janja foi, em março, para um evento da ONU (Organização das

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/09/governo-lula-se-recusa-a-prestar-informacoes-sobre-viagem-e-hospedagem-de-janja-em-ny.shtml>





Nações Unidas) em Nova York, cidade onde está novamente agora. A primeira-dama acompanhará Lula durante a agenda da Assembleia-Geral da ONU, mas chegou com dias de antecedência para cumprir alguns compromissos.

A Folha solicita informações sobre a viagem de Janja por meio da LAI (Lei de Acesso à Informação) desde 24 de abril. O último recurso está em análise pela CGU (Controladoria-Geral da União), que deveria julgá-lo até o final de setembro, mas prorrogou o prazo até 1º de outubro, alegando "*complexidade da matéria*".

Janja esteve em Nova York em março para integrar a comitiva brasileira do Ministério das Mulheres durante a 68ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, da ONU. Ela foi designada por Lula para participar do evento na condição de socióloga, conforme publicado no Diário Oficial da União.

Os questionamentos da reportagem foram encaminhados a vários ministérios, além da assessoria da própria primeira-dama. Contudo, ainda existem lacunas sobre a viagem.

A assessoria de Janja apresentou informações conflitantes. Inicialmente, afirmou que ela havia se hospedado na casa de terceiros. Posteriormente, alterou a mensagem, afirmando que ela ficou na residência oficial brasileira em Nova York.

Em resposta a um primeiro pedido da LAI, o Ministério das Mulheres informou que Janja recebeu apenas passagens aéreas e seguro viagem da pasta, sem pagamento de diárias para hospedagem e alimentação.

O painel de viagens do governo indica que os trajetos de ida e volta da primeira-dama entre Brasília e Nova York custaram R\$ 43,4 mil.

A Folha fez um novo pedido via LAI, desta vez direcionado ao Palácio do Planalto, questionando onde Janja se hospedou, a fonte dos





recursos para hospedagem e alimentação, o valor total gasto e o número de servidores que a acompanharam.

O gabinete pessoal do presidente da República inicialmente respondeu que o assunto caberia ao Ministério das Mulheres, em uma resposta classificada como conclusiva — um procedimento incomum, visto que há previsão de transferência interna de pedidos entre pastas, reiniciando a contagem de prazo.

A secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, negou posteriormente um recurso que argumentava que o Ministério das Mulheres já havia se manifestado, embora não tivesse atendido ao pedido integralmente.

A resposta nessa instância justificou a negativa, ressaltando que Janja não havia recebido diárias, seja do Ministério das Mulheres, seja da Presidência da República. No entanto, diárias são apenas um dos mecanismos utilizados para cobrir gastos em viagens. As despesas do presidente, seus familiares diretos e os agentes que fazem sua segurança geralmente são custeadas por outros meios.

A secretária-executiva ainda utilizou outra justificativa para negar o recurso, mencionando que a legislação prevê que *"informações cuja divulgação possa pôr em risco a segurança de altas autoridades e seus familiares são reservadas e têm sua divulgação restrita"*.

O terceiro recurso foi negado pelo ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), Marcos Antonio Amaro, que apenas ratificou a resposta da instância anterior.

Questionada sobre por que o Planalto se recusou a fornecer os dados em três instâncias, sendo que as mesmas informações sobre viagens do próprio presidente Lula são tornadas públicas, a Secom afirmou em nota que os questionamentos via LAI *"são respondidos dentro dos próprios processos"*.





A Secom também não respondeu aos pedidos sobre hospedagem e custos da viagem.

A assessoria de Janja reiterou que "*não houve custos com hospedagem*" porque "*a primeira-dama e seus assessores ficaram todos na residência oficial*". Quando questionada sobre qual residência oficial foi utilizada, a assessoria não especificou – o Brasil tem dois chefes de postos diplomáticos em Nova York: o cônsul-geral e o chefe da missão junto à ONU.

A reportagem também procurou o Itamaraty e a representação oficial do Brasil na ONU. O Ministério de Relações Exteriores direcionou o questionamento ao Planalto, enquanto a representação indicou que a equipe de Janja fosse contatada.

Com relação à viagem da primeira-dama a Paris, onde foi enviada por Lula para eventos das Olimpíadas em julho, o Planalto agiu de maneira diferente. Respondeu prontamente, também por meio da LAI, que Janja havia se hospedado na residência oficial do embaixador brasileiro.

No caso de Paris, foi informado que os membros da comitiva receberam apenas metade do valor da diária, algo previsto quando os servidores ficam hospedados em "*imóvel pertencente à União ou sob administração do governo brasileiro ou de suas entidades*".

O mesmo deveria ter ocorrido na viagem a Nova York: ao ficar em residência oficial, os servidores deveriam receber apenas metade do valor da diária, mas não foi o que aconteceu.

Pelo menos dois assessores receberam o valor integral das diárias, segundo dados do Portal da Transparência. O Planalto também se recusou, em resposta ao pedido da LAI, a fornecer a relação de todos os assessores que integraram a comitiva.

Um dos assessores recebeu, por sete diárias, cerca de R\$ 13,7 mil. Outro recebeu R\$ 21,8 mil por 11 diárias. A assessoria da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

primeira-dama não esclareceu se os pagamentos foram indevidos ou se essas pessoas receberam o valor total por não terem se hospedado na residência oficial, o que contradiz a resposta anterior.

Nesse sentido, com a finalidade de desanuviar as dúvidas decorrentes de posições contraditórias dentro do próprio governo e esclarecer, de forma oficial, solicitamos informações sobre a viagem da primeira-dama, Rosângela Silva, a Janja, para Nova York, em março deste ano, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Brasília, de de 2024.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

